

15
Alvar.
HCP

-----Ata número trinta e nove-----

Aos dois dias do mês de Maio de dois mil e doze, pelas onze horas e trinta minutos, reuniu na sede social, sita na Rua Visconde Seabra, nº 3, Lisboa a Assembleia Geral Ordinária da sociedade AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., sociedade anónima, com o número de matrícula e de pessoa colectiva 503.093.742, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, anteriormente sob o número 4310/931104, com o capital social de quatrocentos e trinta e quatro milhões e quinhentos mil euros. -----

A Assembleia Geral retomou os trabalhos suspensos no dia 24 de Abril de 2012, para discussão das seguintes matérias, constantes da Ordem de Trabalhos: -----

1. Deliberar sobre o relatório de gestão e as Contas do exercício de 2011, bem como sobre as Contas Consolidadas do mesmo exercício. -----
2. Deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados -----
3. Proceder à apreciação da administração e fiscalização da Sociedade -----
4. Deliberar sobre a proposta de eleição da sociedade de revisores oficiais de contas, apresentada pelo Conselho fiscal da sociedade. -----
5. Deliberar sobre a eleição de vogal da comissão de vencimentos. -----
6. Deliberar sobre as remunerações dos órgãos sociais da sociedade, sobre o valor máximo das viaturas de serviço afetas aos gestores públicos, o valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço e o valor máximo de despesas associadas a comunicações, nos termos do Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de Março, na redação que lhe foi dada pelo DL 8/2012 de 18 de Janeiro. -----

7. Deliberar sobre as orientações estratégicas e os indicadores de gestão para o triénio 2012/2014, respeitantes aos contratos de gestão previstos no artigo 18º do Estatuto do Gestor Público, nos termos do Decreto-Lei nº 71/2007 de 27 de Março, na redação que lhe foi dada pelo DL 8/2012 de 18 de Janeiro.-----

8. Outros assuntos de interesse para a Sociedade. -----

Presidiu aos trabalhos a Presidente da Mesa, Dra. Ana Cristina de Menezes Pereira Paes Sequeira Rodrigues, encontrando-se também presente a Vice-Presidente da Mesa, Dra. Maria Fernanda Joanaz Martins e o Secretário da Mesa Dr. Manuel Bruno Rossi Ruano Gouveia Pereira. Verificou-se estar presente e devidamente representada a totalidade do capital social, conforme lista de presenças que ficará arquivada na sociedade, no respetivo dossier. -----

Encontravam-se presentes todos os membros do Conselho de Administração, bem como os membros do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas e o auditor externo. -----

No **ponto um** da ordem de trabalhos, foi dada a palavra ao Presidente do Conselho de Administração, Engº Afonso Lobato Faria, tendo este feito uma apresentação do Relatório de Gestão e das Contas do exercício de 2011 bem como das Contas Consolidadas do mesmo exercício. O Dr. Gonçalo Barata fez uma breve apresentação dos factos mais relevantes do exercício. -----

Posta à votação a matéria constante do ponto um da ordem de trabalhos, foi deliberado por unanimidade aprovar o relatório de gestão, as contas separadas e as contas consolidadas do exercício de 2011, preparadas de harmonia com as normas

internacionais de contabilidade adotadas na União Europeia, atentas as ênfases expressas nas Certificações Legais das Contas Separadas e Consolidadas e o parecer do órgão de fiscalização.-----

No **ponto dois** da ordem de trabalhos, foi deliberado por unanimidade, mediante proposta do Conselho de Administração, que o resultado líquido positivo do exercício de 2011, no montante de 27.153.623,06€ tenha a seguinte aplicação de resultados:-----

- Para Reserva Legal: 1.357.681,16€ (um milhão trezentos e cinquenta e sete mil seiscentos e oitenta e um euros e dezasseis cêntimos); -----

- Para Resultados Transitados: 10.795.941,90€ (dez milhões setecentos e noventa e cinco mil novecentos e quarenta e um euros e noventa cêntimos);-----

- Para distribuição de dividendos – 15.000.000,00€ (quinze milhões de euros)-----

No **ponto três** da ordem de trabalhos, e sob proposta do acionista Direção Geral do Tesouro e Finanças, foi aprovado por unanimidade, nos termos do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais, um voto de confiança nos órgãos de administração e fiscalização da sociedade e em cada um dos seus membros. -----

No **ponto quatro** da ordem de trabalhos, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Conselho Fiscal, elegendo para o mandato 2012/2014: -----

(i) Revisor Oficial de Contas Efetivo: Alves da Cunha, A Dias & Associados, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o no 74 e no registo de Auditores da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o nº 2699, representada por José Duarte Assunção Dias, Revisor Oficial de Contas nº 513. -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Hal' at the bottom.

(ii) Revisor Oficial de Contas Suplente: José Luís Areal Alves da Cunha, Revisor Oficial de Contas n° 585.-----

No **ponto cinco** da ordem de trabalhos foi deliberado por unanimidade, sob proposta do acionista Direção Geral do Tesouro e Finanças, eleger a licenciada Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro para o cargo de vogal da Comissão de Vencimentos, deixado em aberto por renúncia da Dra. Isabel Goulão. -----

No **ponto seis**, sob proposta do acionista Direção Geral do Tesouro e Finanças, foi votado favoravelmente, por unanimidade, a "Declaração sobre política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da AdP - Águas de Portugal", emitida pela Comissão de Vencimentos, em 10 de Abril de 2012 (documento arquivado no dossier de anexos da sociedade), e que as matérias relativamente às quais se mostre necessário deliberar sejam, oportunamente, objeto de deliberação -----

No **ponto sete** da ordem de trabalhos, foi deliberado por unanimidade, sob proposta do acionista Direção Geral do Tesouro e Finanças, aprovar as seguintes orientações estratégicas e indicadores de gestão: -----

"I - INTRODUÇÃO -----

Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista da sociedade AdP, SGPS, SA., define no presente documento, as orientações estratégicas específicas dirigidas ao Conselho de Administração da sociedade, para o mandato 2012/2014, que constituirão as coordenadas essenciais da ação dos gestores que integram esse órgão, bem como o

compromisso com a excelência de gestão que ao serem eleitos aqueles gestores assumem para com os acionistas. -----

II – PRINCIPIOS ORIENTADORES -----

Constituem, princípios orientadores da gestão da AdP, SGPS, S.A.: -----

1 - A implementação de uma filosofia de gestão profissionalizada, baseada nas competências adequadas e no incremento da capacidade produtiva segundo os mais exigentes parâmetros de qualidade, em prol do cumprimento da sua missão; -----

2 - A adoção das melhores práticas de gestão, segundo os princípios de bom governo das empresas do setor empresarial do Estado; -----

3 - O desenvolvimento de uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, através da utilização de um conjunto de práticas empresariais de referência, que possibilitem à empresa o sucesso no caminho da procura da sustentabilidade empresarial, assente, fundamentalmente, numa filosofia de gestão que contemple as dimensões económica, ambiental, social e ética. -----

III – ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS -----

A AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA, enquanto instrumento empresarial para a prossecução de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, assume a responsabilidade de desenvolver e operar com vista à resolução dos problemas estruturais de várias regiões do país. -----

No quadro da missão que lhe está cometida, a AdP-Aguas de Portugal SGPS, S.A. prosseguirá as seguintes linhas de orientação estratégica: -----

- Assegurar a prossecução das políticas setoriais que enquadram a sua atividade e a



criação de valor acionista, com especial enfoque para uma prudencial gestão do risco e mobilização de recursos financeiros;-----

- Promover a racionalização dos investimentos necessários à prestação dos serviços, com enfoque no dimensionamento adequado das novas infraestruturas e na conservação das já existentes; -----

- Reorganizar o setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, com prioridade para a sustentabilidade económico-financeira das operações nestes domínios e para a melhoria da eficiência na prestação dos serviços;-----

- Prosseguir a promoção da eficiência, reforçando o agrupamento de sistemas e promovendo soluções integradas para gestão do ciclo urbano da água; -----

- Promover as condições para a participação de entidades privadas na gestão dos sistemas; -----

- Prosseguir a identificação de soluções que promovam a resolução do défice tarifário, numa ótica de sustentabilidade;-----

- Autonomizar a unidade de negócios dos resíduos do grupo AdP e implementar as medidas necessárias à sua abertura ao setor privado; -----

- Contribuir para o desenvolvimento sustentável, desenvolvendo as soluções de aproveitamento dos ativos e recursos endógenos, de racionalização de consumos energéticos e de redução ou compensação de emissões; -----

- Capitalizar as competências e capacidades disponíveis no grupo, contribuindo para a implementação de projetos nos mercados internacionais; -----

- Promover o desenvolvimento de uma estratégia integrada de I&D, em consonância

com os objetivos nacionais para este domínio; -----

- Dar continuidade a outros projetos que venham a ser considerados relevantes, de acordo com orientações expressas pela tutela sectorial. -----

IV – OBJETIVOS DE GESTÃO E INDICADORES DE DESEMPENHO -----

Objetivos sobre o consolidado do Grupo AdP	Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta	Observações	Modo de avaliação
Eficiência	Costos Operacionais / VN	$(CMVVC+PSE+(GP-I)) / \text{volume de negócios}$	Manutenção de uma redução de custos em 2012, na atividade comparável com 2009, que sustente a redução de 15% integral cumprimento das obrigações legais e contratuais, das orientações das tutelas sectorial e financeira e às recomendações do regulador.	Redução <15% - não atingido Redução < 20,8% - atingido Redução > 20,8% - superado	
Financieiros	Dívida comercial vencida	$[\text{stock dívida vencida de 2011 em 31/dec/12}] - [\text{stock dívida vencida de 2011 em 31/12/11}]$	Redução da dívida vencida de clientes municipal estrante a 31 de dezembro de 2011	Condicionado à existência de um programa de regularização extraordinária de dívidas (PRED) municipais. Para este efeito não serão deduzidos os valores de acordos e das injunções e serão consideradas as dívidas vencidas às Unidades de Negócio operacionais (UNAPD, UNR, EPAL e AdRA).	Recuperação ≤ 0% - não atingido 0% < Recuperação ≤ 25% - atingido Recuperação > 25% - superado
	PMR (Dívida da faturação a partir de janeiro de 2012)	$PMR = (E (\text{Cliente cp trimestrais M}) (VN X 1,05) - P1) X 365$	Não deterioração do indicador face ao valor atingido em 2011	Condicionado à existência de um programa de regularização extraordinária de dívidas (PRED) municipais e à situação financeira das autarquias. Serão consideradas as dívidas as Unidades de negócio operacionais (UNAPD, UNR, EPAL e AdRA).	$[PMR 2012 - PMR 2011] \geq 1$ - não atingido $[PMR 2012 - PMR 2011] = 0$ - atingido $[PMR 2012 - PMR 2011] < 0$ - superado
	PMF	$PMF = (E (CF / A) X 91,25) / 4$	Não deterioração do indicador face ao valor atingido em 2011	Condicionado à situação financeira das autarquias permitindo descontar do saldo de fornecedores o aumento da dívida de clientes total em 2012. Censibilidade do Grupo AdP	$[PMF 2012 - PMF 2011] \geq 1$ - não atingido $[PMF 2012 - PMF 2011] = 0$ - atingido $[PMF 2012 - PMF 2011] < 0$ - superado
	PEC endividamento	Stock dívida N+1 / Stock dívida N	+5% em 2012 face a 2011	Sujeito a exceção para transações extraordinárias aprovadas pela tutela	Aumento > 5,0% - não atingido 5,0% < Aumento < 3,0% - atingido Aumento ≤ 3,0% - superado
	Margem EBITDA	EBITDA / VN	Não redução face ao valor atingido em 2011 para os resultados recorrentes	Variações extraordinárias e não recorrentes de variáveis deste indicador não deverão ser consideradas para efeito do seu cálculo.	$[ME 2012 - ME 2011] < 0,0 \text{ pp}$ - não atingido $[ME 2012 - ME 2011] = 0,0 \text{ pp}$ - atingido $[ME 2012 - ME 2011] > 0,0 \text{ pp}$ - superado
Reporte	Prestação de Informação	Data de preenchimento dos avisos de pedidos regulares do SRUEF (INE Banco Portugal GCF)	Apresentar um nível mínimo de reaberturas de ciclo de 10%	Quando as datas limite de resposta corresponderem a um dia não útil, considera-se como data limite para cumprimento o dia seguinte, mesmo que seja necessário solicitar a reabertura 10,0% < S Reaberturas < 3% - atingido do ciclo (neste caso a reabertura não poderá para o nível de Reaberturas ≤ 3,0% - superado incumprimento	
		Envio de Orçamento para Concedente	Entrega até 30 de setembro		CPT não entregues até 30/Outubro/2012 ≥ 2 - não atingido 2 < Nº de CPT não entregues até 30/Out/2012 ≤ 1 - atingido Todos os CPT entregues antes de 30/Outubro/2012 - superado

Os objetivos apresentados no quadro acima dizem respeito ao ano de 2012. No contrato de gestão ficará consagrada a definição anual dos objetivos de gestão para os anos seguintes. Deste modo, os objetivos de gestão da holding poderão estar melhor alinhados com a reestruturação do sector

No ponto oito da ordem de trabalhos, nada foi referido. -----

Não havendo mais nada a deliberar, foi encerrada a sessão eram 13 horas, dela se lavrando a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral. -----